



Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2015

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade: **Centro de Solidariedade Imaculada Conceição**

1.2 – NIF: **500903328**

1.3 – Sede social: **Rua de S. Geraldo, n.º 24 – 4715 -000 Braga**

1.4 – Endereço eletrónico: **csic.braga@sapo.pt**

1.5 – Natureza da atividade: **Educação Pré - Escolar**

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, complementada pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, n.º 51 – Série I

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

Centro de Solidariedade Imaculada Conceição



MLPS
AP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de a entidade prosseguir com as suas atividades. Da avaliação resultou que as suas atividades têm condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Centro de Solidariedade Imaculada Conceição

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)



MLP
[Handwritten signature]

3.2.– OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método *da linha reta*, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em *quota anual* durante as vidas úteis estimadas:

| | | |
|-------------------------------|---|------------|
| Equipamento básico | - | 6 anos |
| Equipamento de transporte | - | 5 anos |
| Equipamento administrativo | - | 5 e 6 anos |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | 4 e 6 anos |

3.2.2. – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividade de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Centro de Solidariedade Imaculada Conceição

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)



Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão

Isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
 - i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
 - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

- b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.



MLB
[Handwritten signature]

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Centro de Solidariedade Imaculada Conceição

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

- Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 22 de Março de 2016.

A DIREÇÃO

Maria Idalina de Barros Pinto
M^ª Luísa Pereira Rodrigues

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Centro Solidariedade Imaculada Conceição

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da instituição, no exercício de 2015, é caracterizada por uma diminuição nos gastos de 12.946,91€ e nos rendimentos de 18.721,78€, em relação ao exercício de 2014.

Em termos de Gastos e Rendimentos, a decomposição é a seguinte:

| (Valores em euros) | | | |
|-------------------------|--|-------------------|-------------------|
| Conta | GASTOS | 2015 | 2014 |
| 61 | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 30.050,84 | 34.903,54 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 66.085,53 | 73.473,75 |
| 63 | Gastos com o pessoal | 302.591,17 | 301.811,72 |
| 64 | Gastos de depreciação e de amortização | 6.127,84 | 7.552,50 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 143,91 | 292,91 |
| 69 | Gastos e perdas de financiamento | 88,22 | |
| Total dos Gastos | | 405.087,51 | 418.034,42 |

| Conta | RENDIMENTOS | 2015 | 2014 |
|------------------------------|--|-------------------|-------------------|
| 72 | Prestações de serviços | 163.860,58 | 168.056,50 |
| 75 | Subsídios, doações e legados à exploração | 224.313,08 | 235.497,66 |
| 78 | Outros rendimentos e ganhos | 13.501,01 | 12.344,27 |
| 79 | Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 6.173,84 | 10.671,86 |
| Total dos Rendimentos | | 407.848,51 | 426.570,29 |

| Conta | RESULTADO | 2015 | 2014 |
|-------|------------------------------|----------|----------|
| 81 | Resultado líquido do período | 2.761,00 | 8.535,87 |

1.1 . RESPOSTAS SOCIAIS:

| Pré-Escolar | | Resultado | positivo | 34.016,18 |
|-------------|------------|------------------------------|----------|-----------|
| Utentes | 70 | | | |
| Gastos | 224.031,54 | <i>Gasto por utente</i> | 266,70 | / mês |
| Rendim. | 258.047,72 | <i>Rendimento por utente</i> | 307,20 | / mês |

| CATL | | Resultado | negativo | (31.255,18) |
|---------|------------|------------------------------|----------|-------------|
| Utentes | 98 | | | |
| Gastos | 181.055,97 | <i>Gasto por utente</i> | 167,96 | / mês |
| Rendim. | 149.800,79 | <i>Rendimento por utente</i> | 138,96 | / mês |

2 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL

| ATIVO | | FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | |
|--------------------|------------|-------------------------------|------------|
| Ativo não corrente | 869,46 | Fundos Patrimoniais | 240.947,92 |
| Circulante | 294.120,81 | Dívidas a terceiros | 54.042,35 |
| Diferimentos | | Diferimentos | |
| | 294.990,27 | | 294.990,27 |

2.1 . ESTRUTURA ECONÓMICA:

| | | | |
|--|--------------------------|-------------|--------------|
| Composta por Fundos Fixos de totalizando o Capital Funcional | 869,46 € 294.990,27 € | Circulantes | 294.120,81 € |
|--|--------------------------|-------------|--------------|

2.2 . ESTRUTURA FINANCEIRA:

Composta por Fundos Alheios de
totalizando o Capital Investido

54.042,35 €
294.990,27 €

Próprios de 240.947,92 €

2.3 . DISPONIBILIDADES EM 31/12/2015

| | |
|-------------------------|---------------------|
| Caixa | 1.062,20 € |
| Depósitos à ordem | 16.076,80 € |
| Depósitos a prazo | 275.748,06 € |
| | <u>292.887,06 €</u> |

2.4 . INVESTIMENTOS DO ANO:

Outros ativos fixos tangíveis 500,00 €

2.5 . ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Analisando o Balanço, constata-se que o rácio de autonomia financeira da instituição (Fundos Patrimoniais / Ativo), aumen

Em termos de liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente), verifica-se que o respetivo rácio aumentou, de (4,91) em 2014,

A nível de investimentos a instituição efetuou aquisição de uma trituradora de cozinha

3 - PERSPETIVAS PARA 2016

A Direção, para o ano de 2016 prevê que o funcionamento com as valências e atividades da Instituição, decorram normalmente, de maneira a que não ponham em causa a continuidade da instituição, no entanto, e de acordo com recomendações feitas pela entidade tutela, Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social - Centro Distrital de Braga, terá que tomar as devidas diligências de forma a ultrapassar o constrangimento de acessibilidades a utentes com dificuldades motoras

Devido, ao ao parecer técnico da DREN, diminuição da capacidade das salas do Pré-Escolar: passa de 75 para 67 meninos, juntamente com a política instituída por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Braga, no qual continua a participar o almoço de 27 meninos, a Direção está consciente de que terá de continuar a política do rigor na gestão, a fim de continuar a prestar um serviço de mais valia aos meninos e à comunidade local.

Nunca é demais referir, que a disponibilidade das irmãs é uma mais valia, não só no exemplo da transmissão de valores, mas também em termos de resultados económicos, uma vez que disponibilizam muito do seu tempo, 60 horas semanais, em benefício do Centro.

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apurados foram positivos de 2.761,00€, para os quais se propõe a seguinte aplicação:

2.761,00€, para Resultados Transitados.

5 - OUTROS ASPETOS RELEVANTES

Não há dívidas em mora ao sector público estatal

Nada mais ocorreu que mereça realce especial.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminamos este relatório, não querendo deixar de agradecer a todos os colaboradores desta instituição pela confiança que lhes temos merecido.

Braga, 22 de Março de 2016